

## Questões na mediação de pobreza absoluta: o caso da Grécia

### Issues in measuring absolute poverty: The case of Greece\*

George LABRINIDIS\*\*

Thanassis MANIATIS\*\*\*

Yiannis C. BASSIAKOS\*\*\*\*

Costas PASSAS\*\*\*\*\*

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo revelar as questões metodológicas referentes à definição e medição da pobreza absoluta. É feita uma revisão da literatura sobre pobreza absoluta e relativa e é desenvolvida uma abordagem de pobreza absoluta baseada nas necessidades e na noção do valor da força de trabalho. O trabalho apresenta os resultados da aplicação desse método na região metropolitana de Atenas.

**Palavras-chave:** Pobreza absoluta. Pobreza relativa. Valor da força de trabalho. Necessidades.

**Abstract:** This paper aims at revealing methodological issues referring to the definition and measurement of absolute poverty. The literature on poverty, both relative and absolute, is reviewed and a proposal is put forth for an approach of absolute poverty based on needs and the notion of the value of labour power. The paper presents the results of the application of this method in the Metropolitan Athens area.

**Keywords:** Absolute poverty. Relative poverty. Value of labour Power. Needs.

*Recebido em 25 /12/2010. Aprovado em 22/12/2010.*

---

\* Classificação-JEL: I 32, P 46, B 51

\*\* Leading Researcher, Observatory of Poverty, Labour Institute of the Greek Confederation of Labour; Researcher, University of Athens Doctoral program of Philosophy in Economics (UADPhilEcon); Researcher, (Research on Money and Finance) RMF, SOAS, University of London. E-mail: geolabros@gmail.com

\*\*\* Researcher, Observatory of Poverty, Labour Institute of the Greek Confederation of Labour Assistant Professor, Department Of Economics, University of Athens. E-mail: amaniatis@econ.uoa.gr

\*\*\*\* Researcher, Observatory of Poverty, Labour Institute of the Greek Confederation of Labour Assistant Professor, Department Of Economics, University of Athens. E-mail: ybassiak@econ.uoa.gr

\*\*\*\*\* Researcher, Observatory of Poverty, Labour Institute of the Greek Confederation of Labour Researcher, UADPhilEcon, Department Of Economics, University of Athens. E-mail: costaspasas@yahoo.com

## Introdução

A pobreza absoluta pode ser definida como uma situação na qual faltam as quantidades mínimas de bens e serviços que uma pessoa e seus dependentes precisam para sobreviver e se reproduzir de maneira natural num determinado contexto histórico e social. Acreditamos que a taxa de pobreza, quando pobreza é definida no sentido absoluto, deve ser considerada um dos mais importantes indicadores econômicos e sociais em qualquer país que aspira ser chamado de democracia moderna. A questão da definição e medição da pobreza absoluta é um inevitável assunto técnico, social e político. O limiar da pobreza absoluta não pode estar totalmente livre da relatividade, subjetividade e julgamento de valor por parte de analistas, pesquisadores e especialistas no assunto.

Consideramos o problema da pobreza absoluta uma questão historicamente e socialmente específica. Vemos pobreza como uma situação que pode ser definida *independentemente da distribuição de renda* e que pode ser quantificável no seguinte sentido: O limiar da pobreza absoluta pode ser construído como se fosse uma cesta contendo pelo menos os requisitos mínimos à reprodução fisiológica natural. Essa cesta também deve incluir certa quantidade de conteúdo e determinação social no sentido de que os membros de uma família precisam de bens e serviços para garantir sua integração social num nível satisfatório. Como nossa pesquisa empírica começa nos principais centros

urbanos, onde a maioria dos assalariados está concentrada, o conceito de valor da força de trabalho é aplicado.

É importante notar que o valor da força de trabalho aqui consiste dessas commodities, do consumo que permite a reprodução normal socialmente e historicamente específica da força de trabalho (MARX, 1976, p. 183-184). Geralmente, o valor da força de trabalho em termos reais (ou seja, salário real) tende a aumentar com o tempo, conforme o poder de barganha da classe trabalhadora é fortalecido (pelo menos durante os períodos em que isso ocorre). Fatores culturais, juntamente com o aumento geral no padrão de vida médio (resultado do desenvolvimento de forças produtivas) acrescentam um “[...] elemento moral e histórico [...]” ao nível mínimo de subsistência fisiológica correspondente às “[...] leis salariais de ferro [...]” da economia política clássica.

Quanto mais as relações de produção capitalista se desenvolvem na sociedade e a relação trabalho-salário é generalizada na população economicamente ativa, mais uma determinada, definida parte do valor da força de trabalho pode ser vista como próxima do limiar da pobreza, além dela variar no decorrer do tempo juntamente com linha da pobreza absoluta. O valor total da força de trabalho é aquela parte do padrão de vida da classe trabalhadora pela qual o capital é *responsável*. Assim, a correlação dessa parte do valor da força de trabalho – que é mais ou menos igual ao padrão de vida mínimo aceitável (subsistência mínima)

– somada a uma parte determinada socialmente (uma fração do “[...] elemento moral e histórico [...]” do valor da força de trabalho) com o limiar da pobreza mostra que essa questão também tem a ver com a relação capital-trabalho que permeia todo o modo de produção capitalista (WRIGHT, 1994, p.46).

Portanto, o conteúdo e resultado de nosso estudo não tem a ver apenas com a camada social marginal e a correspondente política social que pode reduzir seu sofrimento. Eles também visam informar e ajudar sindicatos e organizações similares na sua luta por salários, pensões e seguros-desemprego com base em critérios sociais e econômicos objetivos.

Mais especificamente, nossa meta é tentar criar um índice composto de valores avaliados usando preços atuais e constantes e também incluindo impostos municipais e outras taxas associadas ao consumo de certos valores de uso, conforme veremos adiante. Todos esses valores de uso satisfazem de maneira adequada as necessidades básicas, ou seja, as necessidades para sobrevivência e reprodução social normal das famílias típicas. A construção dessa cesta/índice é abordada de todas as maneiras possíveis: teoricamente, empiricamente e até mesmo axiomáticamente. A natureza composta do índice oferece a vantagem da sua revisão quando as condições econômicas e sociais médias mudarem, o que leva a um aumento daquelas vistas como necessidades básicas da família típica, ou quando conseguirmos nos aprofundar ainda mais na especificação

de *necessidade*. Até onde sabemos, a busca por tal abordagem é totalmente inexistente na maioria das economias desenvolvidas e é encontrada de forma sistemática em muito poucos países, principalmente nos EUA e Reino Unido.

### **Abordando a pobreza**

*...através das necessidades básicas de reprodução e do valor da força de trabalho.*

A questão de como pobreza é definida e como ela pode ser mensurada surgiu, inevitavelmente, quando ficou claro que partes substanciais e certamente não insignificantes da população de até mesmo economias desenvolvidas não eram capazes de sequer satisfazer suas necessidades básicas, algo que uma sociedade num determinado nível de desenvolvimento de forças de produção, em geral (em média), conseguiria.

A especificação dessas necessidades será esclarecida no próximo capítulo, mas deve-se deixar claro aqui que em princípio, essas necessidades não permanecem estáveis ao longo do tempo. Pelo contrário, elas são sempre definidas socialmente e historicamente.

Com base nessa discussão da questão, defende-se a idéia de que uma pessoa pobre é aquela que não consegue atender às suas necessidades básicas e, portanto, ainda menos capaz de atender às necessidades que a sociedade onde ela vive é capaz de abranger.

É um fato certamente conhecido que a pobreza não é nem um fenômeno social criado exclusivamente no modo de produção capitalista, nem um fenômeno unicamente observável no capitalismo. Entretanto, este estudo foca somente economias capitalistas, que são caracterizadas pela relação salário-trabalho. Isso é porque embora a pobreza não seja um sintoma apenas de economias capitalistas, ela tem se mostrado como uma característica endêmica do sistema capitalista. A pobreza está de fato presente e em nível significativo mesmo nas mais desenvolvidas economias, tais como EUA, Reino Unido, França, etc.

Entretanto, a extensão do problema da persistência da pobreza em economias desenvolvidas tem sido amplamente ignorada, já que a atenção nesses casos é geralmente voltada ao relato da pobreza relativa, baseada unicamente no perfil da distribuição de renda e nem de longe no nível absoluto de renda das famílias, geralmente definido como sendo o percentual da população com renda abaixo de 60% da renda média. Essa medição de

pobreza absoluta tem se restringido a economias em desenvolvimento e é baseada puramente na definição arbitrária de limiar de pobreza proposta pelo Banco Mundial. Essa definição é de um dólar americano por dia ou dois dólares por dia para representar os limites da *extrema pobreza* e da *pobreza moderada*, respectivamente.

O fato de que a pobreza relativa é meramente um reflexo do grau de desigualdade na distribuição de renda dentro de uma economia pode ser visto na Tabela 1 abaixo. Fica claro que o ranking de cada país membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com relação ao grau de desigualdade de renda com base no coeficiente de Gini é quase idêntico ao seu ranking de pobreza relativa. Em outras palavras, a taxa de pobreza calculada com base na definição de pobreza relativa não fornece nenhuma informação significativamente diferente do que já é oferecido pelo coeficiente de desigualdade de renda.

**Tabela 1. Desigualdade e pobreza relativa em meados da década de 2000 nos países da OCDE.**

País	Desigualdade (índice Gini)	Taxa de pobreza (60% do endimento mediano)	País
1. Dinamarca	0.232	0.114	1. Suécia
2. Suécia	0.234	0.115	2. República Tcheca
3. Luxemburgo	0.258	0.123	3. Dinamarca
4. Austria	0.265	0.123	4. Islândia
5. República Tcheca	0.268	0.123	5. Hungria
6. Finlândia	0.269	0.132	6. Luxemburgo
7. Bélgica	0.271	0.134	7. Austria
8. Holanda	0.271	0.137	8. Eslováquia
9. Suíça	0.276	0.141	9. França
10. Noruega	0.276	0.144	10. Holanda
11. Islândia	0.280	0.148	11. Finlândia
12. França	0.281	0.152	12. Suíça
13. Hungria	0.291	0.155	13. Reino Unido
14. Alemanha	0.298	0.162	14. Bélgica
15. Australia	0.301	0.172	15. Germany
16. Coreia	0.312	0.190	16. Canada
17. Canada	0.317	0.196	17. Greece
18. Espanha	0.319	0.197	18. Italy
19. Japão	0.321	0.203	19. Australia
20. Grécia	0.321	0.207	20. Portugal
21. Irlanda	0.328	0.208	21. Poland
22. Eslováquia	0.335	0.208	22. Korea
23. Reino Unido	0.335	0.208	23. Japan
24. Itália	0.352	0.210	24. Spain
25. Polônia	0.372	0.227	25. New Zealand
26. EUA	0.381	0.233	26. Ireland
27. Portugal	0.385	0.239	27. USA
28. Turquia	0.430	0.243	28. Turkey
29. México	0.474	0.253	29. Mexico
<b>OECD-30</b>	<b>0.311</b>	<b>0.174</b>	<b>OECD-30</b>

Fonte: OCDE, Crescimento desigual/ Paris, 2008

Entretanto, a ênfase quase exclusiva dada à pobreza relativa em debates públicos tem **contribuído para a negligência da seriedade do problema, já que pobreza relativa** pode ser muito mais facilmente justificada do que a condição de pobreza absoluta.

Sendo assim, o fenômeno das altas taxas de pobreza relativa é ignorado ou considerado um problema menor, que não necessariamente significa "pobreza real" e falta de bens básicos. Além disso, como a literatura a respeito apresenta vários argumentos teóricos que defendem a existência de uma relação

inversa entre a igualdade de renda e o desempenho econômico (o *trade-off* entre equidade e eficiência), os altos índices de pobreza relativa são considerados apenas uma indicação de desigualdade de renda, que provavelmente irá aumentar o crescimento econômico no futuro. Dessa forma, enquanto há um debate abrangente sobre a questão da grande e crescente desigualdade, quase não se vê metas explícitas visando à redução desse grau de desigualdade. Essa atitude também afeta o combate à pobreza (já que ela é medida como desigualdade). Em lugar algum também, a redução dos índices de pobreza é vista como uma meta específica e explícita de intervenção do Estado e das políticas sociais.

Além disso, baseado nos poucos casos disponíveis, vemos diferentes resultados na medição de pobreza relativa e absoluta num mesmo país. Por exemplo, nos EUA em 2007, 12,5% da população, ou 37,3 milhões, estavam abaixo do limiar da pobreza absoluta (que era de US\$10.787,00 em renda anual per capita e US\$21.203,00 para famílias de quatro pessoas). Já o índice de pobreza relativa (medido com base na porcentagem da população com renda abaixo de 60% da renda média) foi de 24,1% da população em 2004 e 23,3% em 2005, de acordo com o *Luxembourg Income Study*. No entanto, é importante frisar que o registro sistemático da linha de pobreza absoluta naquele país resultou na ligação de algumas medidas de política social com essa linha, mas não existe qualquer país onde as conhecidas linhas de pobreza relativa tenham sido ligadas a, ou usadas por qualquer política social.

É, entretanto, claro que a medição de pobreza absoluta é muito mais importante que a

de pobreza relativa. Ela representa uma questão de maior prioridade; um problema social mais urgente e explosivo. Defendemos que nesse estágio é importante medir e relatar pobreza absoluta visando ajudar a entender a extensão do problema em cada país. O controle ou a erradicação desse problema é uma questão à parte. Não acreditamos na idéia de que o Estado e as políticas sociais irão automaticamente virar nessa direção. A pobreza como *o exército reserva de trabalho* é endêmica no modo de produção capitalista e desempenha funções específicas necessárias à reprodução normal do sistema. Sua presença permanente e sistemática nada tem a ver com distorções ou imperfeições do mecanismo do mercado. Ela resulta do funcionamento adequado de uma economia capitalista típica. Somente quando esse fenômeno se espalha de forma perigosa, ameaçando a coesão social e legitimidade do sistema, é que se faz alguma pressão social e política buscando uma intervenção ativa de certos mecanismos de bem-estar social para mitigar ou reduzir a propagação da pobreza.

Marx (1976, p.625) aponta que nessas sociedades caracterizadas pela dominância do modo de produção capitalista, o capital, conseguindo controlar os dois geradores de riqueza primários (a terra e o trabalho), adquire uma força expansiva que ajuda a estender os limites aparentemente determinados pelo seu tamanho. Nas sociedades capitalistas então, as relações de exploração da força de trabalho e expropriação da mais valia produzida pelos trabalhadores formam a base do caráter de distribuição de novos valores gerados na economia. A operação da lei da acumulação é refletida nessa divisão de sociedade em dois pólos. Em um dos pólos, encontramos os proprie-

tários dos meios de produção, que expandem sua riqueza através do processo de acumulação de capital. No outro, encontramos a classe trabalhadora e as outras camadas da sociedade que são dominadas, cuja posição está se tornando relativamente pior, ao invés de melhorar, visto que, quanto mais a riqueza está concentrada, maior a distância entre os dois pólos. Essa observação nos leva a concluir que o trabalho, por um lado, e a taxa de acumulação de riqueza, por outro, são os critérios mais importantes que uma sociedade possui para determinar quando alguém pode ser considerado pobre. Sendo assim, o trabalho, em particular o valor da força de trabalho, é uma ferramenta muito útil para se pensar e medir a pobreza. É através da venda da sua força de trabalho que o trabalhador pode obter os recursos materiais que precisa para atender suas necessidades. Por esse motivo, a maioria dos chamados *pobres* pertence à classe trabalhadora. A pobreza é uma questão de classe que afeta principalmente as pessoas dentro e à margem da classe trabalhadora.

Naturalmente, o fato de usarmos o valor da força de trabalho como um ponto de referência para ajudar na definição e medição de pobreza de forma alguma implica que estejamos excluindo os segmentos mais desprovidos da sociedade, tais como os sem-teto, dependentes de drogas, e geralmente, as pessoas socialmente marginalizadas. Também acreditamos que essa abordagem seja igualmente relevante e satisfatória para os autônomos.

Por essa perspectiva, precisamos identificar as mínimas quantidades de renda monetária

(e valores de uso não monetários) que um assalariado deveria possuir numa sociedade capitalista moderna para que ele seja capaz de atender suas necessidades e as de sua família. Inevitavelmente, portanto, acabamos chegando ao valor da força de trabalho (exatamente ou aproximadamente seu nível mais baixo possível), já que ele é formado num determinado tempo, numa determinada sociedade e, portanto, num determinado nível de desenvolvimento de forças de produção.

Marx (1976), em *O Capital*, define o valor da força de trabalho, assim como qualquer outra commodity, como o tempo de trabalho necessário sob condições normais para a reprodução dessa commodity a longo prazo. Nesse caso, é basicamente o tempo de trabalho necessário à produção de commodities essenciais à manutenção e reprodução de um trabalhador e seus dependentes no mesmo estado fisiológico. O valor das commodities também inclui o tempo de trabalho necessário para que o trabalhador adquira a formação e o treinamento que lhe proverão as habilidades necessárias à operação normal do processo de produção. Sendo assim, o valor da força de trabalho varia com o tempo, dependendo do desenvolvimento na produtividade do trabalho usado na produção dessas commodities e dos meios de produção empregados. Entretanto, diferentemente de todas as outras commodities, a força de trabalho difere na determinação de seu valor, já que ela contém um “[...] elemento moral e histórico [...]” socialmente determinado (Figura 1).

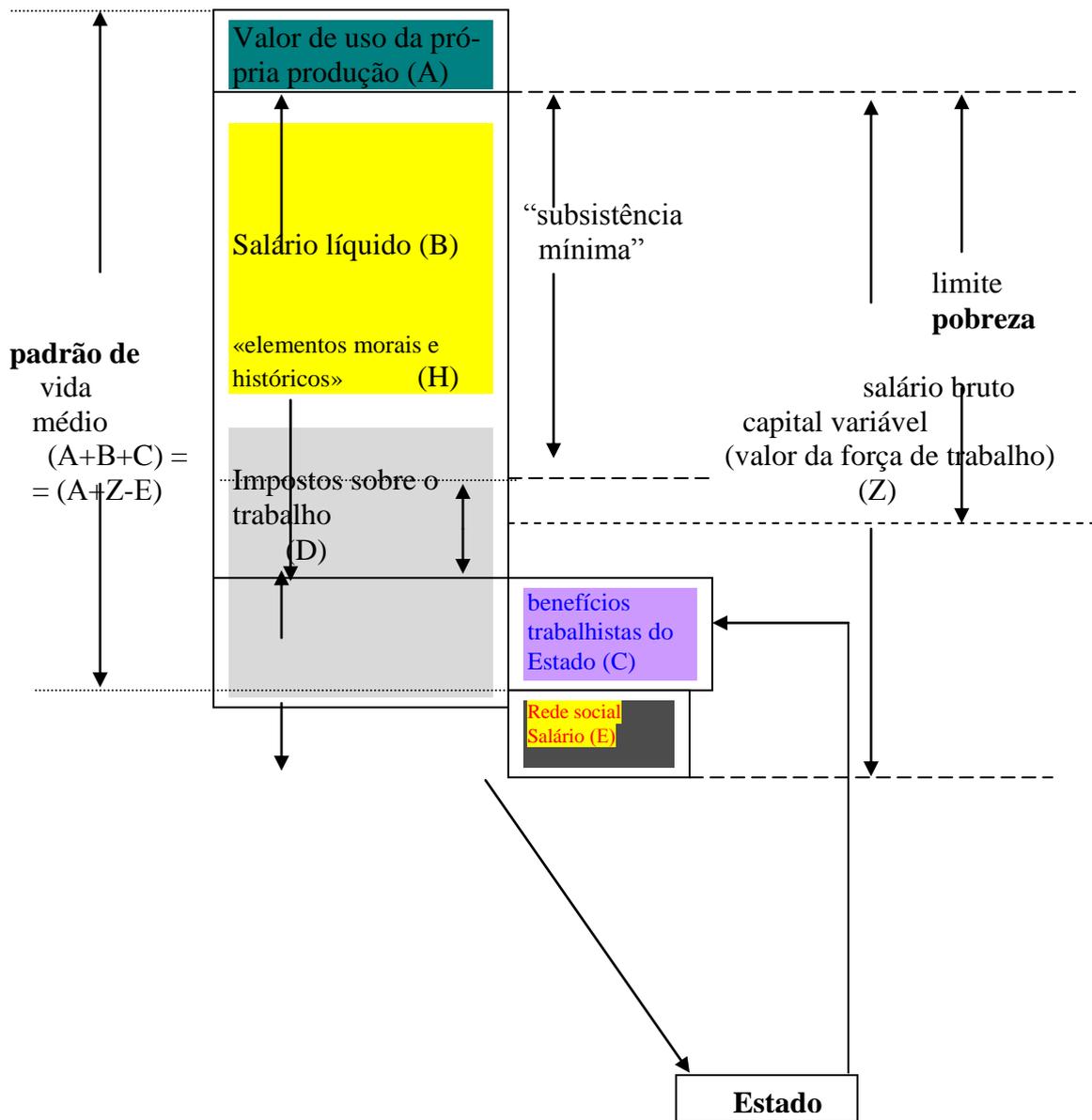


Figura 1. Valor da força de trabalho, salário, redes sociais [salário social líquido], o padrão médio de vida dos trabalhadores e do limiar da pobreza

Portanto, o padrão de vida geral do trabalhador comum consiste de valores de uso da própria produção (A); do próprio valor da força de trabalho, que é originalmente pago pelo capital (Z) e é composto por um padrão mínimo de vida determinado social e historicamente e um *elemento histórico e moral* (H); somados ao salário social líquido (E). Este último pode ser positivo, ou negativo co-

mo na Figura 1 acima, onde os impostos da classe trabalhadora (D) são maiores que os benefícios oriundos dos gastos do governo (C) que os trabalhadores recebem. O limiar monetário de pobreza absoluta pode ser entendido como aquela parte do salário líquido (B) que corresponde às necessidades mínimas à sobrevivência, socialmente *ajustada* por uma determinada parte de (H) e possivelmen-

te aumentada pelos impostos, taxas e tarifas (uma parte de 'D'), que incidem mesmo sobre os mais baixos salários, caso não sejam compensados por transferências vindas do governo (uma parte de C). Além disso, o tamanho desse segmento *moral e histórico* depende, independentemente da época ou momento, do tamanho de (A), ou seja, do acesso dos trabalhadores à terra e meios de produção para a criação de valores de uso para o consumo próprio e do nível e composição de (C), em outras palavras, da provisão de valores de uso<sup>1</sup> por parte do Estado, sejam eles individualmente ou coletivamente consumidos.

A partir disso, seguiremos essa definição geral de valor da força de trabalho, padrão de vida da classe trabalhadora e maioria da população a fim de definir em valor de uso e termos monetários a menor renda possível que permite que uma pessoa ou família atenda essas necessidades e não seja considerada pobre no sentido absoluto de uma sociedade capitalista atual.

### **Definições e medição de pobreza na literatura e na prática**

*Pobreza relativa:*

*Metade (60%) da média:*

A mais popular (e mais problemática) medida de pobreza é baseada na definição de pobreza relativa que classifica

---

<sup>1</sup> Por exemplo, as privatizações dos serviços de saúde e educação tenderão a aumentar (B) – se não assumirmos uma estabilidade relativa do padrão de vida e vice-versa.

como pobres aqueles membros de famílias com renda monetária menor que 60% (às vezes 50%) da renda média do país inteiro (Tabela 1 acima). Três problemas principais estão descritos na literatura sobre definição, medição e implicações de pobreza relativa: a) essa medida não é adequada para comparações entre países com renda média muito diferente. Por exemplo, com base na tabela 1 acima, alguém poderia alegar que o problema da pobreza é semelhante em países como os EUA e a Turquia ou que o percentual de pessoas pobres na população dos EUA é o dobro daquele na Hungria e República Tcheca. Obviamente, essas afirmações contradizem noções já difundidas sobre a pobreza ao redor do mundo; b) se a média de renda nacional crescer significativamente ao longo do tempo e a distribuição de renda for mantida estável, o índice de pobreza continuará o mesmo, embora o padrão de vida de toda a população, incluindo a população pobre, terá aumentado significativamente; e c) usando os dois argumentos acima, pesquisadores e/ou governos conservadores tendem a ignorar e dispensar essas medições, por não as considerarem um registro confiável de pobreza.

### **Metodologia da pesquisa de opinião**

Na mesma estrutura conceitual de pobreza relativa, encontramos a “[...] abordagem subjetiva [...]” de Goedhart et al (1977) e outros, baseada em Rainwater (1974). Essa abordagem propõe a realização de pesquisas públicas a fim de determinar a linha de pobreza para que o limiar da pobreza não seja desviado da

idéia geral que população tem de padrão digno de vida. Naturalmente, fica claro que essa abordagem foge muito da tentativa de capturar objetivamente as necessidades básicas de uma família e se torna uma abordagem quase completamente relativista. O método da pesquisa de opinião não contém uma lista detalhada dos bens necessários à reprodução normal e não leva em conta as diferenças das características específicas da família (ex. pais que trabalham fora e precisam de creche), sua localização geográfica, etc. No entanto, os resultados obtidos com a pesquisa de opinião revelaram que o público considera a linha de pobreza como uma renda próxima da metade da renda média real. Em outras palavras, essa pesquisa forneceu uma estimativa parecida com aquela da metodologia axiomática usada para determinar o limiar da pobreza relativa.

#### Índice da privação

P. Townsend é o pesquisador que desenvolveu o conceito de pobreza relativa no Reino Unido nas primeiras décadas pós-guerra, quando o contínuo crescimento dos padrões de vida significava que a pobreza absoluta estava ficando menos severa em economias desenvolvidas (TOWNSEND, 1954). Entretanto, a lógica por trás do conceito de pobreza relativa, ou melhor, do limiar da pobreza além da simples subsistência fisiológica, já estava relativamente clara em A. Smith<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> “Entendo como necessários não somente as commodities que são indispensavelmente necessárias à manutenção da vida, mas todas aquelas cuja falta, de acordo com os costumes do século, torne-se vergonhosa para as pessoas dignas,

Para fornecer um conteúdo objetivo e mensurável na definição de pobreza relativa, Townsend (1954) criou um “[...] índice de privação [...]”, que consistia originalmente de sessenta e subsequentemente de doze bens *materiais* essenciais (carne fresca, refeições cozidas, posse de refrigerador, etc.) e vários bens *sociais* (sair para se divertir, férias, visitar amigos, etc.) em quantidades específicas, cuja falta classificava a família como parte da população pobre. É importante ressaltar que sob essa definição, o índice de pobreza no Reino Unido em 1969 estava perto de 23% da população, muito mais do que os 9% registrados pela medida tradicional de pobreza relativa.

#### Pobreza absoluta

Em 1995, foi declarado durante a Conferência de Cúpula Mundial da ONU para o Desenvolvimento Social em Copenhague que todos os países deveriam desenvolver sistemas de medida de pobreza absoluta, que deveria ser erradicada por todos (e a pobreza relativa reduzida significativamente). Mesmo assim, esse tipo de pesquisa não progrediu substancialmente desde então, sendo os EUA praticamente o único país a relatar sistematicamente suas medidas de pobreza absoluta a cada ano (é claro que com várias objeções e controvérsias).

#### **Subsistema de necessidades básicas – Abordagem Multiplicadora (US Census Bureau - Orshansky)**

---

mesmo para as classes mais baixas.” (SMITH, 1977, Livro 5 cap. 2, parte 1).

A linha de pobreza absoluta oficial dos EUA foi criada pelo *US Census Bureau* pela primeira vez em meados dos anos 60 (ORSHANSKY, 1965) e ainda é estimada através do mesmo método a cada ano. Ela é baseada numa estimativa do custo de um plano de alimentação (*Economy Food Plan*), que, de acordo com o Ministério da Agricultura, era suficiente em termos nutricionais para uma família de quatro pessoas (com um pai trabalhando fora, uma mãe fazendo os serviços domésticos e duas crianças) com recursos limitados e em situações de emergência. Como os dados de 1955 mostravam que as famílias com mais de três membros gastavam cerca de um terço da sua renda com alimentação, o custo do plano de alimentação foi multiplicado por três para estabelecer o limiar monetário de pobreza absoluta. Esse limiar foi atualizado pela inflação em 1969 e depois disso, tem sido ajustado somente de acordo com a mudança anual de preços. Assim, o método oficial mantém a composição do plano de alimentação constante e presume que a alimentação ainda corresponde a um terço dos gastos totais em necessidades básicas.

Uma crítica comum à continuidade dessa prática tem a ver com as mudanças socioeconômicas que ocorreram desde o período original da criação dessa linha de pobreza, tais como o maior envolvimento das mulheres na força de trabalho, uso mais freqüente de automóveis, aumento das despesas com saúde, etc. Essas mudanças aumentaram dramaticamente o custo de creches, transporte, saúde, etc., de modo que alimentação, ao invés de um terço, tornou-se cerca de

18% do custo de vida total para uma família com quatro membros<sup>3</sup> (DOLLARS & SENSE, 2006). Portanto, o custo do orçamento com a pobreza hoje em dia é seriamente subestimado pelo método tradicional.

Por outro lado, a medida de renda que é comparada com a linha de pobreza é a renda monetária bruta, antes da dedução de impostos (impostos diretos e impostos prediais) e, em particular, antes da dedução de contribuições para a seguridade social. Naturalmente, como esses valores não estão disponíveis para serem consumidos, os recursos reais de uma família são superestimados. Em comparação com essa inconsistência, vários benefícios estatais em espécie ou não (tickets-alimentação, assistência médica gratuita-Medicaid, subsídio-moradia, ajuda-moradia) não são levados em conta, conseqüentemente não representando adequadamente a renda disponível das famílias (BERGMANN, 2000). Essas falhas geraram duras críticas da parte daqueles que defendem que a medida oficial não condiz com o índice de pobreza real e daqueles que alegam que a medida é exagerada.

### **Academia Nacional de Ciências (NAS) – abordagem categórica**

Citro e Michael (1995) descrevem uma nova medida de linha de pobreza absoluta proposta pelo comitê da Academia

---

<sup>3</sup> Em outro exemplo, na economia grega segundo a *Household Budget Survey* de 2004, os gastos com alimentação e bebidas não alcoólicas para uma família comum foram de 16,1% dos gastos totais, aproximadamente um sexto (1/6).

Nacional de Ciências dos EUA. Ela é baseada numa cesta de bens divididos em três categorias principais: alimentação, vestuário e moradia (incluindo os custos de energia elétrica, telefone, água, calefação) e uma *pequena quantidade* extra para suprimentos domésticos, cuidados e higiene pessoal e transporte (exceto transporte para o local de trabalho). Essa medida também não é baseada numa avaliação detalhada das necessidades básicas e parece estar mais próxima da pobreza relativa do que a medida oficial original. Isso se deve ao fato de que ela define a linha de pobreza como um percentual (entre 78 e 83%) da média *real* de consumo para as categorias alimentação, vestuário, moradia e inclui um valor adicional para as categorias de suprimentos domésticos, cuidados e higiene pessoal e transporte (exceto para o trabalho), que corresponde a um percentual (de 15 a 25%) desses gastos. Como são os valores médios das faixas mencionadas a serem usados, a linha de pobreza é definida como:

$$\text{Linha de pobreza} = \frac{(80\% \text{ do consumo médio de alimentos, vestuário e moradia de toda a população}) *}{1,20}$$

Alguns gastos com necessidades básicas (transporte para o trabalho, planos de saúde, despesas médicas e contribuições para a Seguridade Social e creches) são subtraídos da renda monetária em vez de serem componentes separados do orçamento da pobreza. Entretanto, essa nova linha de pobreza também não registra elementos da cesta total de necessidades básicas, mas apenas um subsistema (vestuário, moradia e nutrição) e,

portanto, está sujeita às mesmas críticas feitas à estimativa oficial inicial da linha de pobreza. Em outras palavras, ela entra na *abordagem categórica*, que não registra em detalhes os valores de uso necessários à reprodução, mas meramente usa estimativas para algumas categorias gerais baseadas em seus gastos reais.

É importante frisar que a escala de equivalência proposta para a criação da linha de pobreza para famílias com tamanho e composição diferente de quatro membros (família-referência com dois filhos) é a seguinte: O número de *adultos equivalentes* é estimado somando-se o número de adultos ao número de crianças multiplicado por 0,7 e então essa soma é elevada a 0,7 potência.

Para a Itália, a proposta de Coccia e Grassi (2000) para a criação da linha de pobreza absoluta é metodologicamente próxima daquela da Academia Nacional de Ciências (CITRO; MICHAEL, 1995). A cesta inclui bens e serviços considerados absolutamente necessários a uma determinada família. Em outras palavras, alimentação (e bebida), moradia (incluindo o consumo mínimo de energia elétrica, calefação e telefone), depreciação anual de bens duráveis (TV em cores, refrigerador, máquina de lavar) e um valor residual (determinado pela razão das outras despesas em relação aos gastos com alimentação da *Household Budget Survey*, que era cerca de um terço em 1997) para outros bens necessários. Este último inclui vestuário, higiene pessoal, lazer, cultura, transporte, variadas despesas relacionadas à moradia, taxas para o uso de rádio, televisão, etc., explicitamente pre-

sumindo que todos os gastos com saúde e educação são cobertos pelo governo federal ou local.

O Reino Unido, diferentemente dos EUA, não calcula uma linha ou limiar de pobreza oficial. Na Bretanha, os pobres (no sentido absoluto) são caracterizados como pessoas qualificadas a receber uma determinada ajuda de renda (antes chamada *assistência nacional* e agora, *benefício suplementar*).

No Canadá, os *Low Income Cut-Offs (LICOs)*, método usado pelo *Canada Statistics*, também são classificados na abordagem categórica. Enquanto que em Sarlo (1992; 2001), é adotada uma abordagem que mistura pobreza absoluta e relativa, que fornece índices de pobreza abaixo do nível oficial, provavelmente porque este depende de generosas estimativas de limiar de pobreza. Em outras palavras, vemos uma tendência oposta àquela dos EUA, onde a medida oficial é a mais baixa relatada na literatura a respeito.

### **Falta de cobertura de duas necessidades essenciais**

Em Gordon (2005), a situação de pobreza absoluta é definida como a falta de cobertura de duas das seguintes oito necessidades básicas: a) alimentação, onde o Índice de Massa Corporal deve estar acima de 16; b) água potável; c) assistência médica em caso de doenças sérias ou gravidez; d) condições de moradia com menos de quatro pessoas por cômodo, e) educação, onde todos os membros da família devem ter condições de entrar na escola ou de saber ler; f) informação, on-

de todos tenham acesso a jornais, rádio, televisão, computador e telefone em casa, g) banheiro dentro ou próximo da casa; e h) acesso a outros serviços.

Fisher (2007) relata um aumento significativo do interesse dos governos e pesquisadores ou organizações independentes na *abordagem do orçamento padrão* e mais especificamente na *abordagem do orçamento detalhado*. Isso é fato não apenas nos EUA em nível federal e estadual, mas em outros países de língua inglesa como Reino Unido, Canadá, Austrália e Irlanda. Nem o atual método oficial dos EUA ou do Reino Unido, nem a medida alternativa proposta pela NAS e atualmente relatada anualmente pelo *US Census Bureau*, usam de modo completo e consistente a *abordagem do orçamento padrão*, registrando, em vez disso, apenas categorias gerais de necessidades.

Pelo contrário, a *abordagem do orçamento padrão* cria uma lista detalhada de valores de uso necessários à reprodução de uma família de determinado tamanho, composição e localização geográfica. A falta de uma estimativa oficial de pobreza baseada num orçamento padrão é curiosa, já que o primeiro orçamento padrão (composto de 33 itens) foi criado nos EUA já em 1891. Somente depois dos anos 60 que essa questão foi negligenciada na literatura da área, conforme observou Fisher (2007).

### **Abordagem do Orçamento Padrão – Orçamento das Necessidades Básicas**

Em Renwick e Bergmann (1993) é feita uma tentativa de produzir uma lista de-

talhada de valores de uso que são normalmente necessários em todas as categorias de necessidades: alimentação, moradia, saúde, transporte, vestuário, creche, e cuidados pessoais. Impostos e benefícios que não sejam em espécie foram levados em conta para determinar a renda pessoal disponível (diferentemente da metodologia da medida oficial), assim como diferentes características dos membros da família, tais como participação na força de trabalho, idade das crianças, necessidade supervisão e cuidados para a criança, local da residência e necessidade de transporte.

As vantagens da abordagem do orçamento padrão incluem a transparência e a visão clara do padrão de vida mostrada pelo orçamento detalhado; a independência desse orçamento das despesas correntes de famílias de classe baixa ou média e; a flexibilidade de ajuste através da adição ou subtração de componentes específicos quando considerados necessários por especialistas e pesquisadores. Apesar de vários orçamentos-padrão terem sido elaborados de uma forma rígida para que não fossem além do mínimo padrão de vida funcional (não incluindo itens essenciais como refeições em restaurantes, cinemas, prestações de empréstimos ou cartões de crédito, custos da educação das crianças), eles geralmente são significativamente mais altos que os limiares de pobreza oficiais (ALLEGRETTO, 2005; BOUSHEY et al, 2005). É ainda verdade que o limiar da pobreza oficial não foi elaborado para mostrar os rendimentos necessários para uma vida decente, mas para demonstrar e registrar os rendimentos que são marginalmente

adequados à sobrevivência em situações de emergência (ORSHANSKY, 1965).

Deve ser notado que os cuidados com as crianças e as despesas com moradia são as maiores na abordagem de orçamento detalhado nos EUA e tais despesas são responsáveis pelas grandes diferenças observadas na medição oficial<sup>4</sup>.

A abordagem da pobreza absoluta, através da elaboração de um orçamento padrão deveria, em princípio, facilitar as comparações internacionais. Isso é especialmente verdade se assumirmos que a cesta de valores de uso é estável em países diferentes. Ela é avaliada pelos preços em países diferentes e é comparada com as rendas monetárias correspondentes. Na prática, no entanto, diferenças no clima, topografia, costumes e convenções sociais diferenciam a cesta de país para país, fazendo com que as comparações de pobreza absoluta não sejam tão descomplicadas.

Nos estudos que examinam o desenvolvimento de limiares de pobreza absoluta com o passar do tempo, a *elasticidade dos rendimentos da linha de pobreza* parece positiva (FISHER, 1995), o que significa que, à medida que os rendimentos mé-

---

<sup>4</sup> Também no caso grego, os gastos com moradia, calefação, eletricidade e água constituem as categorias principais, mas os custos com creche não parecem ser particularmente altos (pelo menos de acordo com os dados relatados na *Household Budget Survey*), aparentemente eles são na maioria insuficientemente relatados por causa da natureza e características gerais do trabalho e das famílias na Grécia (trabalho não seguro, creches públicas limitadas, etc.).

dios e o padrão de vida aumentam, o mesmo acontece (não tanto em níveis percentuais, é claro) com o limiar da pobreza. Isso implica que bens anteriormente considerados itens de luxo, com o passar do tempo, devido a mudanças tecnológicas, de organização social, movimentos populacionais, etc., passaram a ser necessários (ex. aparelhos de TV, carros, computadores, telefones celulares, etc.). Isso significa que, não só os preços, mas também os componentes de um orçamento padrão detalhado, juntamente com suas respectivas quantidades deveriam sofrer ajustes de tempos em tempos.

Na metodologia que aplicamos, tentamos combinar a estreita definição *econômica* de pobreza absoluta (nível mínimo de subsistência) com a definição sócio-cultural, que leva em consideração a situação social geral (média). Assim, o limiar da pobreza, em termos reais, não permanece imutável com o passar do tempo, mas se mantém nivelado com o crescimento econômico geral e a alta eventual da média do padrão de vida.

Deve ser acrescentado aqui que, ultimamente, o *padrão de orçamento consensual* foi desenvolvido, com base em sucessivas estimativas de um orçamento de pobreza no qual a opinião pública tem sido também levada em consideração em cada ciclo até que um consenso final seja alcançado. Dessa forma, a lista de valores de uso incluindo o orçamento padrão não é apenas baseada na opinião de experts, mas também na visão geral da opinião pública sobre a questão da pobreza.

Certamente, a abordagem da estimativa de um limiar de pobreza, não importando quão detalhada, precisa e objetiva ela possa ser, certamente não captura quantitativamente a extensão do problema, visto que o impacto da pobreza é praticamente o mesmo para aqueles indivíduos e famílias localizados um pouco acima ou um pouco abaixo do limiar da pobreza.

Esquemáticamente, a determinação do número de pessoas ou famílias pobres e do índice de pobreza inclui os seguintes passos (Figura 2 abaixo). Primeiro, a criação de uma cesta de valores de uso em quantidades específicas e tão detalhada quanto possível. Esses valores de uso satisfazem, num grau mínimo (orçamento de *baixo custo*) ou mais alto (*modesto, mas adequado*), as necessidades *básicas / sociais* e variam dependendo da localização geográfica da família, seu tamanho, composição exata, se essa família reside numa casa própria ou carrega o fardo de um aluguel ou hipoteca e se ambos os pais trabalham e as crianças estão em idade pré-escolar. Em segundo lugar, as quantidades desses valores de uso multiplicadas por seu preço (ajustado anualmente) dão um orçamento padrão detalhado em termos monetários.

Esse limiar monetário de pobreza absoluta de acordo com as características específicas da família (composição, tamanho, localização geográfica, etc.). Em terceiro lugar, quando a renda monetária (depois dos impostos e transferências do Estado) de uma família vem a ser menor que o limiar da pobreza, os membros dessa

família são classificados como pobres. população total para nos fornecer índice  
 Seu número total é então dividido pela de pobreza do país.

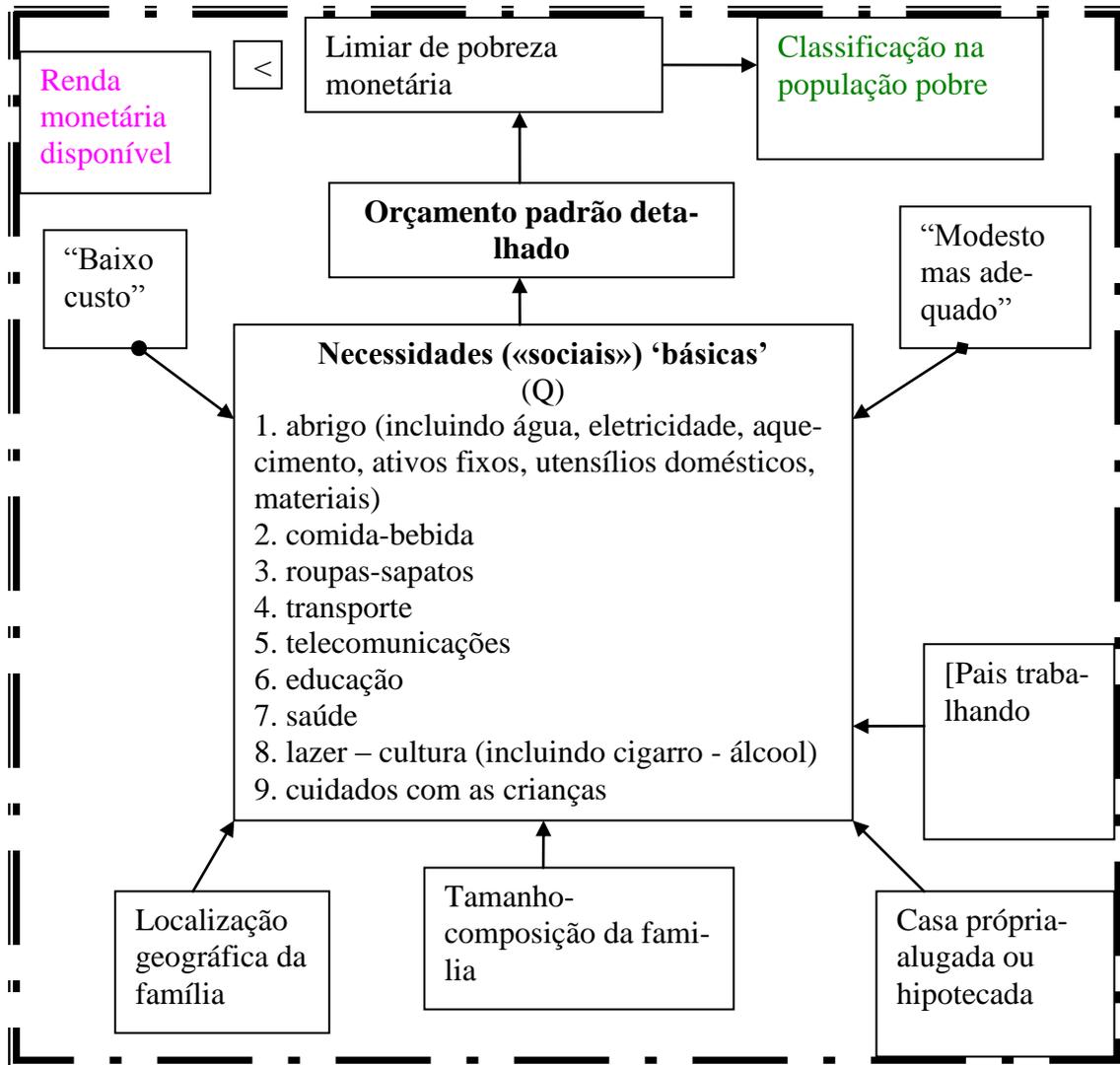


Figura 2. Pobreza absoluta – necessidades básicas

Nossa utilização do termo *necessidades básicas* inclui não apenas alimentação, vestuário e moradia, mas de acordo com a prática mais recente na literatura a respeito, a quantidade mínima (de acordo com padrões sociais) de valores de uso necessária à reprodução normal, como educação, saúde, cultura, recreação, transporte, etc. Além da renda que fornece o nível de consumo necessário à

reprodução, uma quantidade adicional de renda é necessária para garantir uma integração social adequada do indivíduo e sua família (ex. despesas com o aniversário das crianças; sair para se divertir, mesmo que poucas vezes ao ano; etc.).

A determinação do número de indivíduos ou famílias pobres e seu percentual da população total é resultado da com-

paração do custo de necessidades *básicas* com os recursos disponíveis aos indivíduos ou famílias. A renda com a qual se compara os custos para cobrir a cesta de necessidades básicas deveria ser a renda disponível das famílias. Uma aproximação razoável, portanto, é a renda monetária de qualquer fonte, ou seja, de atividades econômicas atuais ou de transferências do governo (salários, juros, alugueis, dividendos, compensações por desemprego, pensões, benefícios de bem-estar social) ou qualquer fonte aleatória ou sistemática depois da dedução de impostos diretos (IRPF em nível federal ou local e imposto predial) e contribuições para a seguridade social<sup>1</sup>.

### O caso da Grécia: alguns resultados provisórios

O foco na pobreza relativa criou uma lacuna na pesquisa da pobreza absoluta, que é sem dúvida um problema social mais sério, mas é (erroneamente) considerado um problema de países menos desenvolvidos ou em desenvolvimento. É objetivamente difícil ou impossível para as políticas sociais serem designadas ou afetadas na direção da redução ou erradicação da pobreza, quando esta é descrita com base em definições subjetivas ou definições baseadas na posição relativa de indivíduos e famílias pobres

<sup>1</sup> É importante ressaltar que no caso grego, por razões metodológicas que têm a ver com a natureza dos dados, os impostos pagos a governos locais e as contribuições para a televisão Estatal estão inclusos como custos monetários na cesta do limiar de pobreza que criamos na parte principal do estudo.

comparados com o resto da população. Isso é fato, principalmente em períodos históricos como os últimos trinta anos (o período neoliberal), quando o aumento da desigualdade foi visto até mesmo como um fator facilitador de crescimento econômico, enquanto políticas igualitárias eram vistas como obstáculos ao crescimento.

A tradição marxista continua responsável pela presença sistemática da pobreza e sua perpetuação no modo de produção capitalista, pela estrutura social e, mais concretamente, pela monopolização dos meios de produção de uma minoria social. Em contraste, a tradição malthusiana tem o foco em razões demográficas para explicar a persistência da pobreza, ao invés de explicá-la pelo modo de produção existente (DALY, 1971). Mais especificamente, a análise marxista observa a sociedade e as relações de produção como responsáveis pelo fenômeno da pobreza, ao invés de observar o indivíduo. Ela também considera a pobreza como sendo inerente, em oposição à idéia de que é conjuntural e um subproduto infeliz dessa estrutura social<sup>2</sup>. Os pobres (e especialmente os trabalhadores pobres) pertencem a uma classe social específica<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Veja Wright (1994) para uma discussão sobre o papel funcional que a pobreza desempenha na perpetuação do sistema capitalista e sobre os interesses de classe que evitam sua diminuição ou eliminação.

<sup>3</sup> Miliband lembra que "O fato básico é que os pobres são parte integrante da classe trabalhadora – ela é a camada mais pobre e desprivilegiada. Eles precisam ser vistos como tais. Muitos trabalhadores que não são 'privados', no sentido oficial, vivem em constante perigo de entrar nessa categoria e de qualquer modo eles compartilham

Pelo contrário, a literatura especializada trata deles como um estrato social distinto, numa categoria separada de todas as outras classes (MARCUS, 2005). Assim, é uma iniciativa fácil acusar os indivíduos pela sua situação de pobreza, ao invés de explicar sua situação com base em sua posição marginal na camada mais baixa da classe trabalhadora, como a classe social sem acesso aos meios de produção. Nossa proposta de pesquisa é, então, orientada na direção da abordagem das necessidades sociais básicas, tanto qualitativamente, quanto quantitativamente, guiada pelo segmento do valor da força de trabalho que corresponde ao padrão mínimo de vida (nível de subsistência) e aumentado por uma porção definida do *elemento moral e histórico*. Em outras palavras, se assumimos que o valor da força de trabalho flutua dentro de um determinado intervalo, o que definimos como limiar da pobreza não é nem limite mais baixo possível, nem o nível real do valor da força de trabalho, mas um meio-termo. O objetivo é identificar essas necessidades e em que nível elas devem ser atendidas para que o indivíduo não seja considerado pobre.

Desse ponto de vista, a Grécia é um país bem interessante para se aplicar nossa abordagem. A desigualdade é relativamente alta, assim como a pobreza relativa. Ao mesmo tempo, ela é membro da UE e da Eurozona, pelo menos até o momento em que estas linhas foram es-

critas. Entretanto, a característica mais interessante da Grécia é que, por causa da atual crise e da política de austeridade aplicada, ela parece um experimento já preparado para nossos propósitos. O padrão de vida irá mudar drasticamente num curto espaço de tempo e algumas dessas mudanças irão puxar nossa linha de pobreza para baixo, enquanto algumas irão resistir, talvez até empurrando nossa linha para cima. O exame desse caso irá permitir que sejam feitas mudanças radicais na linha de pobreza, num espaço bem curto de tempo (alguns poucos anos), o que levaria décadas para ser realizado em circunstâncias normais. Além disso, poderemos obter resultados muito úteis dessa evolução dinâmica das necessidades sociais.

Por outro lado, a estimativa de linha de pobreza *antes* do plano de austeridade, pode ser um forte e explícito argumento nas mãos da classe trabalhadora na sua luta contra os capitalistas. Devido às orientações da política de austeridade, que estão esmagando os assalariados, profissionais liberais e pequenas e médias empresas, os resultados dessa abordagem podem vir a reforçar as reivindicações ofensivas dos resistentes, provando que a sociedade *geralmente* consegue satisfazer as necessidades das quais eles foram privados durante o período de alto crescimento (antes da crise). Nesse sentido, o que é socialmente *viável* é reorientado.

## Apêndice

Nossos resultados provisórios para a Grécia (a partir do subsistema de neces-

---

muitos dos problemas que afligem aqueles já considerados desprivilegiados. A pobreza é uma questão de classe que está intimamente relacionada à situação geral da desigualdade de classes.”

sidades descrito na Tabela 2 abaixo) são bem reveladores e interessantes. Como mostrado na tabela abaixo, o limiar incompleto de pobreza fica perto do valor de €1.820 por mês para uma unidade de referência deste estudo: uma família de quatro pessoas com duas crianças. O valor para uma pessoa é de € 810,00, enquanto que para um casal é aproximadamente €1.190,00. Os dados parecem bem impressionantes quando comparados à linha de pobreza determinada pelo Serviço Nacional de Estatística da Grécia (NSSG) <sup>4</sup> e aos salários conforme o Acordo Trabalhista Coletivo Geral Nacional (National General Collective Labor Agreement) <sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> O limiar corresponde a 60% da renda média e os valores são de €1.134,00 para uma família de quatro membros e €540,00 para quem mora sozinho.

<sup>5</sup> São €650,00 para o trabalhador casado e €590,00 para o solteiro.

**Tabela 2. Limiares da pobreza (incompleto) com e sem aluguel de casa**

Família (Membros)	1	2	3	4	5
Habitação	431.69 €	575.00 €	700.31 €	831.13 €	971.81 €
Aluguel	291.00 €	383.00 €	473.00 €	568.00 €	672.00 €
Água/Esgoto	1.91 €	3.17 €	4.41 €	5.65 €	7.12 €
Electricidade	11.03 €	15.23 €	18.10 €	21.65 €	25.65 €
Outras despesas da casa	3.75 €	6.76 €	9.76 €	12.76 €	15.77 €
Aquecimento	30.96 €	55.66 €	80.36 €	105.06 €	129.76 €
Materiais duráveis	83.26 €	98.26 €	98.26 €	98.26 €	98.26 €
Televisão	4.24 €	4.24 €	4.24 €	4.24 €	4.24 €
Impostos e taxas locais	4.43 €	6.94 €	9.74 €	12.40 €	15.20 €
Imposto sobre a propriedade	1.11 €	1.74 €	2.44 €	3.11 €	3.81 €
Comida	101.13 €	202.26 €	282.67 €	383.80 €	484.93 €
Vestuário/Sapato	97.56 €	195.11 €	287.75 €	380.40 €	472.50 €
Transporte	179.00 €	214.00 €	225.00 €	225.00 €	260.00 €
<b>Soma</b>	<b>809.38 €</b>	<b>1,186.37 €</b>	<b>1,495.73 €</b>	<b>1,820.33 €</b>	<b>2,189.24 €</b>
<b>Soma (sem aluguel)</b>	<b>518.38 €</b>	<b>803.37 €</b>	<b>1,022.73 €</b>	<b>1,252.33 €</b>	<b>1,517.24 €</b>

Se usarmos os dados provisórios de 2009 a fim de criar indicadores de pobreza alternativos àqueles adotados nos EUA, a linha de pobreza resultante no caso da Grécia será de €2.380,00 para uma família de quatro, de acordo com a linha de Orshansky, e €1.915,00, baseado na metodologia da Academia Nacional de Ciências (NAS). Os valores correspondentes para um lar de apenas uma pessoa são €627,5 e €755,00 por mês, respectivamente.

Finalmente, apresentamos na Tabela 3 abaixo, dois indicadores que levam em conta a questão da posse do imóvel e como ela afeta o limiar geral de pobreza. De acordo com o primeiro, que leva em

consideração que a taxa de posse do imóvel-residência na Área Metropolitana de Atenas é estimada em cerca de 50% das famílias (o que significa que 50% das famílias pagam aluguel ou hipoteca), a linha de pobreza é de € 1.535,00 por mês para uma família de quatro pessoas e €665,00 para quem vive sozinho. Conforme o segundo indicador, onde o aluguel é completamente removido da linha de pobreza baseada nos dados de 2009, os valores são de €1.250, 00 e €520,00, respectivamente (para aqueles dois tamanhos de família).

Todas as abordagens de linhas de pobreza mencionadas acima estão resumidas na Tabela 3 abaixo, onde as últimas duas

linhas mostram a linha de pobreza de acordo com as estimativas do NSSG (mais de dois milhões de pessoas ficam abaixo da linha de pobreza de acordo com esse limiar de pobreza relativa) e o salário estabelecido pelo Acordo Trabalhista Coletivo Geral Nacional (NGCLA).

**Tabela 3. Alternativas de limiares da pobreza**

Família (membros)	1	2	3	4	5
Soma (relatório de 2009)	809.38€	1,186.37€	1,495.73€	1,820.33€	2,189.24€
“Linha de Orshansky”	627.50€	1,255.00€	1,754.00€	2,381.50€	3,008.80€
NAS (100%)	756.45€	1,166.84€	1,524.88€	1,914.39€	2,315.09€
Soma relatório 2009 (“Incluindo Aluguel)	663.88€	994.87€	1,259.23€	1,536.33€	1,853.24€
Soma relatório 2009 (sem aluguel)	518.38€	803.37€	1,022.73€	1,252.33€	1,517.24€
Linha de pobreza do NSSG	540.00€			1,134.00€	
NGCLA	590.00€			1,300.00€ <sup>1</sup>	

<sup>1</sup> Aqui, presumimos que ambos os adultos sejam pagos conforme o Acordo Trabalhista Coletivo Geral Nacional (NGCLA).

A tabela sustenta a idéia de que a linha de pobreza "oficial" (ou seja, aquela medida e relatada pelo NSSG usando a definição de pobreza relativa) subestima a verdadeira extensão do fenômeno considerando todos os tamanhos de família e que o salário mínimo não

é suficiente para cobrir as necessidades básicas. Ela também ilustra a relevância da realidade social de um indicador de pobreza absoluta baseado no plausível argumento sobre a extensão e o nível das necessidades para a reprodução moderna normal.

## Referências

ALLEGRETTO, S. **Basic family budgets: working families' incomes often fail to meet living expenses around the U.S.** Washington, D.C.: Economic Policy Institute, sept. 2005. (Briefing Paper,165). Disponível em: <<http://www.epi.org/content.cfm/bp165>>.

BERGMANN, B. **Deciding who's poor.** Boston: Dollars & Sense, Mar./Apr. 2000.

BOUSHEY, H. et al. **Hardships in America: the real story of working families.** Washington, D.C.: Economic Policy Institute, 2001.

BRADSHAW, J.; MITCHELL, D; MORGAN, J. Evaluating adequacy: the potential of budget standards. **Journal of Social Policy**, v. 16, part 2, p. 165-181, Apr. 1987.

CALLAN, T.; NOLAN, B. Concepts of Poverty and the Poverty Line, **Journal of Economic Surveys**, v. 5, n. 3, p.243-261,1991.

CITRO, C; MICHAEL, R. (Eds.). **Measuring Poverty: a new approach.**

Washington, D.C.: National Academy Press, 1995. Disponível em: <<http://www.census.gov/hhes/www/povmeas/toc.html>>

COCCIA, G.; GRASSI, D. **A proposal for an absolute poverty line in Italy.** Rome: National Institute of Statistics, 2000. Mimeo.

DALY, H. A Marxian-Malthusian view of poverty and development. **Population Studies**, v. 25, n. 1, p. 25-37, Mar. 1971.

DOLLARS and Sense, n.263, Jan./Febr. 2006.

FISHER, G. **Is there such a thing as an absolute poverty line over time? evidence from the United States, Britain, Canada, and Australia on the income elasticity of the poverty line.** Washington, D.C.: U. S. Census Bureau, Aug. 1995. Unpublished paper. Disponível em: <<http://www.census.gov/hhes/www/povmeas/papers/elastap4.html>>.

FISHER, G. **An overview of recent work on standard budgets in the United States and other Anglophone**

- countries.** [S.l.]: U. S. Department of Health and Human Services, 2007. Mimeo.
- GOEDHART, T. et al. The poverty line: concept and measurement. **Journal of Human Resources**, v. 12, n. 4, p. 503-520, Fall, 1977.
- GORDON, D. **Indicators of Poverty and Hunger.** Bristol: University of Bristol, 2005. Mimeo.
- MARCUS, A. The culture of poverty revisited: bringing back the working class, **Anthropologica**, n.47, p. 35-52, 2005.
- MARSHALL, G. Poverty. In: **A DICTIONARY of Sociology.** 1998. Disponível em: <<http://www.encyclopedia.com/topic/Poverty.aspx#5-1088:poverty-full>> .
- MARX, K. **Capital.** London: Penguin/New Left Review, 1976. v. 1.
- OECD. **Growing Unequal?** Paris, 2008.
- ORHANSKY, M. Counting the poor: another look at the poverty profile. **Social Security Bulletin**, v. 28, n. 1, p. 3-29, Jan. 1965.
- RENWICK, T.; BERGMANN, B. A budget-based definition of poverty, with an application to single-parent families. **Journal of Human Resources**, Jan. 1993.
- SARLO, C. **Poverty in Canada.** Vancouver: The Fraser Institute, 1992.
- SARLO, C. 2001. **Measuring poverty in Canada.** Vancouver: British Columbia: The Fraser Institute, Jul. 2001. (Critical Issues Bulletin). Disponível em: <<http://www.fraserinstitute.ca/shared/readmore.asp?sNav=pb&id=216>>.
- SMITH, A. **An inquiry into the nature and causes of the Wealth of Nations.** [Chicago]: University Of Chicago Press, 1977.
- TOWNSEND, P. Measuring poverty. **British Journal of Sociology**, v. 5, n. 2, p. 130-137, June 1954.
- U.S. CENSUS BUREAU. **Poverty in the United States:** 2009. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, Sept. 2003. p.60-222. (Current population reports). Disponível em: <<http://www.census.gov/prod/2003pubs/p60-222.pdf>>.
- WRIGHT, E. O. 1994. **Interrogating Inequality.** London: Verso, 1994.